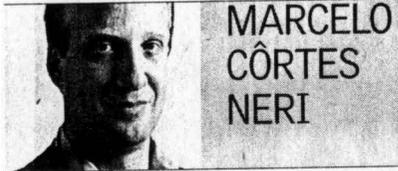


"No governo nada muda. Será o mesmo trabalho. O governo chama-se Mário Covas."

Geraldo Alckmin, governador em exercício de SP, sobre o afastamento de Mário Covas em função de seus problemas de saúde, ontem, depois de reunião com os secretários estaduais

# Combate à pobreza sustentável



MARCELO  
CÔRTEZ  
NERI

As políticas sociais têm sido divididas em compensatórias e estruturais. A vantagem das primeiras é a velocidade. Por exemplo, reajustes da previdência são percebidos já no primeiro mês após a medida. Entretanto, seus efeitos são, em geral, fugazes. Em contraste, nas políticas estruturais "se dá a vara de pescar em vez de se dar o peixe".

Ou seja, propicia-se a capacidade de geração de renda permanente. O problema, em geral, é a lentidão. As políticas educacionais surtem efeito apenas quando o indivíduo começa a trabalhar. Embora alguns programas estruturais como de regularização fundiária surtam efeito imediato. Em outras palavras, o persistente pode ser instantâneo.

A questão não é se as políticas envol-

vem a transferência de fluxos de renda ou de estoque de ativos, mas as suas implicações sociais de curto e de longo prazos. Sempre lembrando que o primeiro antecede o último. Uma ação compensatória que impeça a desestruturação produtiva, como as frentes de trabalho contra a seca, ou que incentivem a acumulação de capital, como o bolsa-escola, exercem efeitos persistentes sobre a pobreza. O impacto de longo prazo de transferências de renda a título de seguro e de alavanca sociais é comparável a transferência, por si, de ativos. O problema da política social brasileira é a dominância do aspecto compensatório continuado que não deixa raiz na vida das pessoas. Isto é, uma vez interrompido o programa, a sua clientela volta ao status marginalizado original.

Apresentamos um arcabouço integrado de ações públicas voltadas ao combate à pobreza sustentável. O desenho dessas políticas se beneficia de informações quanto à estrutura de recursos das famílias como:

1) Capital físico — Financeiro (ativos,

crédito), seguro social (políticas públicas), moradia (direito de propriedade), capital produtivo (máquinas e capital de giro), capital público (acesso a serviços);

2) Capital humano — Escolaridade formal, a experiência profissional e a saúde;

3) Capital social — Estrutura familiar, participação política, cooperativismo.

## O impacto de longo prazo de transferências de renda a título de seguro e alavanca social é comparável ao da transferência de ativos

As políticas sustentáveis canalizadas através de transferências de recursos exercem três tipos de efeitos sobre o bem estar dos pobres.

Primeiramente, o efeito direto. Pois os indivíduos extraem utilidade de alguns ativos (moradia). Isso implica, na prática, em expandir as medidas usadas de bem-estar social com a posse de re-

ursos diversos.

O segundo efeito é que níveis mais altos de ativos aumentam a capacidade de geração de renda dos pobres (educação, apoio microempresarial). A avaliação das taxas de retorno e de acesso aos diferentes tipos de recursos ajuda o desenho de políticas de reforço de capital.

O último efeito é o de melhorar a habilidade dos pobres em lidar com flutuações de renda. O papel de suavização do consumo assumido pelos recursos depende de quanto são desenvolvidos os diversos segmentos do mercado financeiro (ativos, créditos e seguros) que permitem amortecer choques e alavancar oportunidades. A avaliação desse efeito requer uma análise da dinâmica do processo de renda individual e uma avaliação das instituições que condicionam seu comportamento financeiro.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.  
E-mail: mcneri@fgv.br

